

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

## **Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)**

### **Representations of international communism in the diocesan press during the portuguese revolutionary process (1974-76)**

### **Representaciones del comunismo internacional en la prensa diocesana durante el proceso revolucionario portugués (1974-76)**

### **Représentations du communisme international dans la presse diocésaine pendant le processus révolutionnaire portugais (1974-76)**

Patrícia Freitas  
patricifdl2017@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender as representações do comunismo internacional no *Jornal da Beira*, semanário católico da Diocese de Viseu, durante o processo revolucionário português (1974-1976). A partir de uma metodologia que privilegia a análise do discurso, pretende-se demonstrar de que forma a hierarquia católica foi construindo um conjunto de ideias sobre os seus inimigos. São interpretadas as representações da URSS e da República Democrática Alemã e as estratégias mobilizadas para caracterizar esses regimes. Por outro lado, analisa-se o modo como a imprensa lida com as influências internacionais na Revolução, sobretudo a condenação do auxílio ao PCP por parte dos países comunistas.

**Palavras-chave:** Anticomunismo; Igreja Católica; processo revolucionário; contrarrevolução.

**Abstract:** This article aims to understand the representations of international communism in *Jornal da Beira*, a catholic newspaper from the Diocese of Viseu, during the portuguese revolutionary process (1974-1976). Using a methodology that favours discourse analysis, the aim is to demonstrate how the catholic hierarchy built his enemies. The representations of the USSR and of the German Democratic Republic are interpreted, as well the strategies mobilized to characterize these regimes. On the other hand, it analyses the way in which press deals with the international influences on the Revolution, particularly the condemnation of the aid of the communist countries.

**Key words:** Anticommunism; Catholic Church; revolutionary process; counterrevolution.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comprender las representaciones del anticomunismo internacional en el *Jornal da Beira*, publicación semanal y católica de la diócesis de Viseu, durante el proceso revolucionario portugués (1974-1976). Utilizando una metodología que privilegia el análisis del discurso, se pretende mostrar cómo la jerarquía católica construyó un conjunto de ideas sobre sus enemigos. Se interpretan las representaciones de la URSS y de la República Democrática Alemana, así como las estrategias utilizadas para caracterizar estos regímenes. Por otro lado, se analiza la forma en que la prensa trata las influencias internacionales en la Revolución, sobre todo la condena de la ayuda al PCP por parte de los países comunistas.

**Palabras clave:** Anticomunismo; Iglesia Católica; proceso revolucionario; contrarrevolución.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

**Résumé:** Cet article vise à comprendre les représentations du communisme international dans le *Journal da Beira*, le journal catholique de la diocèse de Viseu, pendant le processus révolutionnaire portugais (1974-1976). En employant une méthodologie d'analyse du discours, l'objectif est de démontrer comment la hiérarchie catholique a développé un système d'idées sur ses ennemis. Les représentations de l'URSS et de la République Démocratique Allemande sont interprétées et les stratégies utilisées pour caractériser ces régimes sont problématisées. D'autre part, il analyse la position de la presse face aux influences internationales sur la révolution, surtout la condamnation de l'aide au Parti Communiste Portugais par les pays communistes.

**Mots clés:** Anticomunisme; Église Catholique; processus révolutionnaire; contre-révolution.

## Introdução

Com a rutura revolucionária de 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa experiencia profundas transformações nas diversas estruturas que a compõem. O contexto revolucionário nacional integra-se num processo muito mais global de mudanças e confrontos, num “mundo controlado pelas superpotências em dois campos marcadamente divididos” (Hobsbawm, 1996: 236). O desenvolvimento do processo revolucionário português é alvo de críticas, sobretudo por parte da Igreja Católica que, desde cedo, mostrou o seu receio em relação a uma possível “comunização” de Portugal. Esta desconfiança está patente na sua imprensa regional, espaço onde se exprime e agrega consenso, na medida em que é dirigida a um público específico, tendencialmente afeto aos valores da fé e da moral cristãs.

Reconhecendo a sua importância social, a atuação da Igreja continua a ser objeto de interesse por parte da historiografia, ainda que a atenção tenha sido direcionada para o estudo do seu papel institucional, bem como para as dinâmicas que pautam a sua relação com o Estado e com a sociedade civil. Este artigo pretende responder a algumas questões que se encontram arredadas do debate em torno da ação da Igreja, particularmente pela voz da hierarquia, durante o processo revolucionário português, a partir de um enfoque à sua crítica aos regimes comunistas internacionais. Nesse sentido, foram enunciadas três questões de investigação, às quais se tentará responder: que dimensões se identificam na caracterização dos regimes comunistas internacionais? Como é apresentado o discurso? Existem variações no discurso ao longo do período em análise?

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

A cronologia que se definiu para este estudo inicia-se com a Revolução de 25 de abril de 1974 e termina em abril de 1976. Este período corresponde ao processo revolucionário que, em nosso entender, se estende até à aprovação da Constituição de 1976, documento que cristaliza em si o ímpeto revolucionário e reflete a origem socialista da Revolução (Loff, 2022: 117). Embora se estude o processo revolucionário isoladamente, convém não menosprezar a dimensão anticomunista<sup>1</sup> do regime anterior, especulando sobre uma hipotética continuidade da *questão anticomunista*. Em 1966, António de Oliveira Salazar recebe, na cidade de Lisboa, os delegados ao VI congresso internacional do Comité Internacional para a Defesa da Civilização Cristã, uma organização transnacional cujo principal objetivo era agregar em torno de si “anti-communist forces in Western Europe in the period after the war” (Dongen *et al.*, 2014: 251). No que diz respeito ao pensamento anticomunista da Igreja Católica, durante a ditadura, é de salientar a intensificação do combate a partir da Guerra Civil Espanhola, que é encarada como uma “cruzada contra o comunismo internacional” (Silva, 2024: 51). Entre 1936 e 1938, a produção anticomunista foi especialmente assídua no quotidiano da Igreja e amplamente difundida na imprensa. Note-se, por exemplo, a Pastoral dos Bispos de Portugal, de 8 de março de 1937, onde o “episcopado português analisou a natureza da ameaça comunista”; a Pastoral 19 de abril de 1938, que apelava a uma mobilização a Fátima para uma “ação de graças pela vitória sobre a ‘lepra do comunismo ateu’”; e a Pastoral de 13 de maio de 1938, que pretendia mobilizar portugueses e espanhóis numa peregrinação a Fátima, com o objetivo de proclamar a vitória sobre o comunismo ateu (Silva, 2024: 51).

Sendo real esta persistência, a Revolução e os tempos que se lhe seguiram não proporcionaram uma inversão da trajetória de condenação do comunismo, sobretudo nos setores mais conservadores da sociedade, dentro dos quais se insere a hierarquia católica pelo seu papel de “legitimação ideológica e moral” (Rosas, 2021: 258) da ditadura.

Através da análise do *Jornal da Beira*, semanário católico e regionalista da Diocese de Viseu, e do discurso ali veiculado, pretende-se problematizar a ação

---

<sup>1</sup> Esta dimensão está consolidada, por exemplo, num discurso de Salazar, proferido em 25 de maio de 1940, na Assembleia Nacional, onde afirma que “[...] nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas [...]” (Salazar *apud* Torgal, 2009: 255).

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

contrarrevolucionária da Igreja ao longo deste período. Este trabalho visa contribuir para o estudo do anticomunismo católico e para o aprofundamento do conhecimento sobre as dinâmicas contrarrevolucionárias regionais. Como relataria Paradela de Abreu uns anos mais tarde, em *Memória do Tempo Perdido*, “não foi por acaso que, em 1975, tudo começa também em Braga. Só que, desta vez, pretendia-se evitar a Ditadura comunista” (Abreu, 1983: 110). Apesar de o epicentro do movimento anticomunista ter sido em Braga, impulsionado pelo Cónego Eduardo de Melo, praticamente todas as regiões do Norte e do Centro do país participaram nesta campanha, fosse através de ações violentas diretamente vocacionadas para a destruição de sedes do PCP e de outros partidos de esquerda, fosse através de métodos doutrinários.

É precisamente essa dimensão doutrinária que nos propomos analisar nas páginas que se seguem, tendo como fonte principal um semanário católico, o *Jornal da Beira*, fundado em 1921, pela iniciativa do Cónego Dr. José de Almeida Correia. No período de 1974-76, desempenhava funções de diretor o Cónego Dr. José Henriques Mouta, tendo sido um dos muitos continuadores da estratégia editorial adotada desde a fundação do jornal: o lema “Por Deus e Pela Pátria”<sup>2</sup>. Entre as suas características, destaca-se o facto de ser um “jornal francamente católico” e “absolutamente estranho aos interesses dos partidos políticos ou dos grandes especuladores”.

### **Estado da arte e metodologia**

Relativamente à produção historiográfica sobre o fenómeno anticomunista, salientamos alguns trabalhos que têm contribuído para o aprofundamento do seu estudo. No caso português, destaca-se um artigo central que pretende “percorrer alguns dos caminhos propostos por uma oposição sistemática ao comunismo realizada pelo salazarismo no decorrer da década de trinta” (Faria, 1995: 229). É um artigo que se foca no discurso salazarista sobre o comunismo, como mecanismo de legitimação dos princípios ideológicos que o regime defendia. A sua conclusão apresenta-se ainda mais pertinente, já que afirma uma das ideias principais que devem nortear o estudo do anticomunismo, ou seja, que ele não deixa de se manifestar depois da Revolução,

---

<sup>2</sup> *Jornal da Beira* – *Jornal da Beira* [Em Linha]. Viseu: atual. 2024. [Consultado a 30 de agosto de 2024]. Disponível na internet: <https://www.jornaldabeira.net/estatuto-editorial/>

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

identificando algumas continuidades ao nível da sua permanência enquanto ameaça à construção da democracia (Faria, 1995: 259). Também numa lógica de análise discursiva, a obra *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* discute, em alguns capítulos, a questão do comunismo enquanto “barbárie prenunciada pela revolução social” (Martins, 2016: 170). Incidindo ainda sobre o Estado Novo, destaca-se a obra *O Sol Brilhou ao Meio-Dia. A Criação de Fátima*, que explica o modo através do qual o anticomunismo se foi impregnando no “discurso católico *fatimista*” (Torgal, 2011: 172), alinhado com os objetivos político-ideológicos do regime<sup>3</sup>.

Apesar de ser um tema presente em estudos sobre o Estado Novo, o anticomunismo, na sua dimensão teórica, não tem sido muito explorado pela historiografia portuguesa para o período do processo revolucionário, à exceção da referência no *Dicionário dos Antis*, onde se afirma que o anticomunismo “ganha uma inaudita vibração popular” (Real, 2019: 407) entre 1974 e 1975. É precisamente a vertente popular que tem sido mais abordada, sobretudo em investigações que se dedicam ao estudo da Revolução. Recorrendo a ferramentas de análise próprias da Ciência Política, são estudadas as ações coletivas no processo revolucionário, nomeadamente as mobilizações anticomunistas. Salienta-se a participação da Igreja nestas mobilizações e o esforço por ela empreendido para reivindicar o seu direito sobre a Rádio Renascença e para afirmar o seu “anticomunismo popular” (Palacios Cerezales, 2002: 129). Por outro lado, são centrais as abordagens que estabelecem um diálogo entre a violência anticomunista e a influência que os movimentos de extrema-direita tiveram na sua concretização, apoiados pela Igreja (Sánchez Cervelló, 1993; Sánchez Cervelló, 1997).

Nesse sentido, uma parte significativa dos trabalhos que aqui serão mencionados integram um conjunto amplo de abordagens que se podem considerar como um aceitável ponto de partida para estudar o anticomunismo português. O primeiro corresponde a um dicionário político, cuja centralidade reside no facto de se atribuir um carácter complexo ao fenómeno anticomunista, devendo ser interpretado à luz de cada contexto histórico. Ainda que seja possível identificar o seu carácter heterogéneo, este artigo foca-se no “anticomunismo de cunho clerical” (Bonet, 1986: 34) admitindo, no entanto, que a

---

<sup>3</sup> Sobre esta temática, consultar Rampinelli, 2012 e Santos, 2017.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

*plataforma anticomunista* deve ser analisada tendo em consideração todos os seus agentes, desde os que emitem o discurso aos que o recebem e transformam.

Uma abordagem complementar parte das interpretações de um conjunto de académicos da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e da RDA (República Democrática Alemã), que consideram o anticomunismo como “imperialism’s ideology and policy directed against socialism, the revolutionary working-class movement and all other democratic forces” (Reinhold & Ryzhenko, 1976: 7). O anticomunismo católico encontra espaço de reflexão em obras que adotam uma perspectiva de análise transnacional. A partir do enquadramento do anticomunismo durante a Guerra Fria, demonstra-se a existência de vastas estruturas de coordenação internacionais para a sua disseminação, incluindo as “Christian Networks” (Dongen *et al.*, 2014: 235).

Tendo em consideração que esta análise será direcionada para o anticomunismo católico, torna-se necessário conhecer e explorar propostas interpretativas sobre a Igreja Católica. De um modo geral, todas convergem num sentido de imprimir à Revolução e ao processo revolucionário um carácter de desordem que se foi agravando ao longo dos meses. Desde logo, o consenso em torno da ideia segundo a qual a sociedade portuguesa estaria a passar por um “processo de sovietação” (Fernandes, 2001: 396). Este processo – que, na imprensa, ganha a forma de uma “comunização” – é amplamente aceite, do ponto de vista historiográfico, dentro de uma corrente de pensamento dominante que caracteriza a Igreja como uma instituição “de resistência social e cultural em face de projectos políticos hegemónicos e de novas concepções sociais totalizantes” (Fontes, 2000: 247).

A principal conclusão associada a esta ideia é que a vocação conciliadora da hierarquia católica foi fundamental para a consolidação do regime democrático, sobretudo por causa dos apelos da Igreja à “correção dos desvios” (Cruz, 1996: 528) do processo revolucionário. Convergindo com a linha de análise que lhe atribui uma posição eminentemente pacificadora, reafirma-se a “estratégia defensiva e prudente” (Matos, 2001: 125) adotada pela Igreja durante os meses que se seguiram à Revolução.

Sem a pretensão de esgotar as hipóteses teóricas desenvolvidas pela historiografia, a dimensão internacional da Revolução é relevante para compreender a abordagem exaustiva que a imprensa faz dos regimes comunistas. No entanto, é uma dimensão que tem que ser observada com algum cuidado, sob pena de se incorrer numa

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

sobrevalorização das influências externas, ignorando o potencial revolucionário nacional. Partindo da ideia segundo a qual a influência da URSS e do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) na Revolução se reveste de uma complexidade que ainda está por estudar, considera-se que o maior receio dos países ocidentais era o “tropismo pró-comunista detetado no primeiro-ministro Vasco Gonçalves” (Ferreira, 2004: 145). Relativamente à RDA, o estudo do seu papel neste sistema de vasos comunicantes demonstra como a cooperação económica entre Portugal e a RDA foi, muitas vezes, influenciada pela precaução dos dirigentes de Moscovo, sendo que “a boa vontade do SED em apoiar o ‘partido irmão’ comunista dependia inteiramente das orientações de Moscovo” (Wagner, 2006: 86). Sendo um tema tendencialmente mais ausente na imprensa católica, a influência dos países europeus ocidentais e dos EUA é também problematizado, destacando que, a partir de 1975, “os governos oeste-alemão e americano, os conselhos da NATO e da CEE, o SPD, a Internacional Socialista e fações do movimento operário internacional fizeram incidir a sua ação concertada” (Eisfeld, 1985: 86).

Relativamente ao percurso metodológico, esta investigação tem como fundamento a análise do discurso, procurando-se problematizar o anticomunismo dentro de um contexto histórico específico. Nesse sentido, o discurso produzido pela imprensa é o lugar onde se pode observar uma relação entre “língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2020: 17), existindo, necessariamente, uma interação entre o sujeito e o objeto. Relativamente ao dispositivo analítico, ou seja, o quadro teórico a partir do qual se procede à análise do discurso, optou-se por considerar o conceito de *poder simbólico* como algo que “se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a *crença*” (Bourdieu, 1989: 15). A mobilização deste conceito é fundamental, porque se encara o discurso produzido pela imprensa católica como uma estrutura de poder que, à luz de uma perspectiva da História Política renovada, se desvincula das estruturas de poder tradicionais.

**Quem são os inimigos externos?**

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

Revisitando um conjunto de documentos emanados da Igreja Católica, é possível identificar, na encíclica *Qui pluribus* (1846), a primeira referência à “unspeakable doctrine of Communism” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 302). As considerações tecidas pelo Papa Pio IX marcaram o início da ofensiva católica em relação ao comunismo, sendo que, a partir de 1917, a Igreja confrontou-se com uma possibilidade real de construção do socialismo. Ao longo do século XX, a Igreja continuou a deparar-se com a ameaça bolchevique, com o estalinismo, com as transformações ocorridas na mundividência soviética no decurso da desestalinização promovida por Nikita Krushev e com a política de coexistência pacífica.

Apesar disto, a imprensa não se abstém de integrar na sua crítica outros contextos socialistas, como Cuba e China, ainda que não sejam abordados através dos mesmos critérios, dada a superioridade, em termos comparativos, da “ameaça soviética”. Realidades distintas que partilhavam, na perspetiva da Igreja, um denominador comum: eram “sociedades manipuladas, sociedades comandadas por ditadores”<sup>4</sup>. Esta vertente do anticomunismo católico pode ser interpretada como uma manifestação do “antisovietismo” (Bonet, 1986: 35), mas sem a reduzir a esta categoria, já que o discurso se estende a outras realidades.

É fundamental, para compreender quem são os inimigos externos, atender ao contexto que incentiva a sua construção: o processo revolucionário (1974-1976), todas as suas dinâmicas e relações de força conflitantes. No que à hierarquia católica diz respeito, os momentos iniciais da Revolução levam-na a afirmar, por um lado, que pretendia manter a sua “independência e isenção” (Cruz, 1996: 524) face à criação dos partidos políticos e, por outro, que não se perspetivava a abertura de uma nova questão religiosa. Apenas um mês depois da Revolução, a 24 de maio de 1974, o *Jornal da Beira* reproduz uma parte da Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole, salientando que “a Igreja defende e reconhece o pluralismo de opções políticas”<sup>5</sup>.

Não foi necessário, porém, esperar pelo afastamento de António de Spínola da presidência da República (30 de setembro de 1974) nem pelo golpe de 11 de março de 1975, que propiciou uma alteração da trajetória do processo revolucionário, para que a

---

<sup>4</sup> S/A. “Que liberdade é esta?”, *Jornal da Beira*, 26-07-1974, n° 2785, p. 1.

<sup>5</sup> Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole. “O Cristão e a Política”, *Jornal da Beira*, 24-05-1974, n° 2776, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

hierarquia modificasse a sua posição. A par do reconhecimento do pluralismo e de diferentes opções políticas, chamava-se a atenção, num excerto da Carta Pastoral do Episcopado Português, publicado a 14 de junho de 1974, que as opções partidárias de “inspiração marxista, que se traduzem na negação de Deus”<sup>6</sup> estavam vedadas a todos os cristãos.

Assiste-se a um processo de elaboração de um conjunto de ideias que, não sendo totalmente novas, revelam a intenção de fortalecer o *sentimento* anticomunista, estabelecendo-se o “Partido Comunista Português (PCP) e/ou a URSS como principais e diretos inimigos da ordenação estrutural tradicional da nação” (Real, 2019: 406). A imprensa católica, sendo relativamente independente do Estado – que, neste contexto, se encontra despojado de grande parte da sua autoridade – não hesitará em adotar uma posição hostil em relação ao comunismo internacional, atitude que se pode caracterizar como parte integrante de um processo de construção do inimigo:

“Ter um inimigo é importante, não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjar-mos um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para mostrar, no afrontá-lo, o nosso valor. Portanto, quando o inimigo não existe, há que construí-lo” (Eco, 2011: 12).

Tendo como base esta ideia, é possível traçar um itinerário que permita conhecer as estratégias empregadas na construção deste inimigo. A imagem que a Igreja constrói de si própria depende, em grande parte, da perceção que tem em relação a todos os que não se enquadram nos seus padrões de conduta. Nesse sentido, o processo através do qual se fundamenta um discurso tendencialmente anticomunista pode estar relacionado com o facto de a Igreja ter a necessidade de fabricar uma entidade em tudo oposta aos seus valores, de forma a legitimar o seu *modus vivendi* perante um público relativamente extenso.

### **Para lá da “cortina de chumbo”**

---

<sup>6</sup> Carta Pastoral do Episcopado Português. “O Cristão e a Política”, *Jornal da Beira*, 14-06-1974, nº 2779, p. 6.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

A União Soviética é o alvo mais visado nas críticas da Igreja. Este carácter diferenciador não acontece ao acaso, tendo em consideração que a experiência soviética desde cedo causou desconforto à hierarquia católica mundial, sobretudo devido à sua política de “antireligious excesses” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 304). As preocupações de Pio XI (1922-1939) são elucidativas desse problema, ainda que considerasse que o comunismo não era só antirreligioso, materialista e ateu, mas também “a doctrine full of error and sophistry, contrary to revelation and reason alike” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 306). A posição da imprensa relativamente à União Soviética está bem explícita numa consideração muito sucinta do Padre Abel Varzim (1902-1964), reproduzida na primeira página, a 30 de agosto de 1974:

“O regime soviético é uma ditadura. Todo o regime de revolução comunista é sempre uma ditadura violenta, implacável. Devemos admirar mesmo a heroicidade com que os partidários do comunismo se submetem voluntariamente a um tal regime, que de si mesmo se diz não ser livre nem justo”<sup>7</sup>.

Esta visão parte de uma conceção particular sobre o regime soviético para a caracterização geral de todos os regimes que tenham origem numa revolução comunista. Esta perceção resulta do facto de se considerar que a sociedade soviética “is based in the first instance on the premise that it is not democratic” (Allen, 1987: 51), em oposição à democraticidade das sociedades ocidentais. Para corroborar esta afirmação, recorre-se ao exemplo mais paradigmático:

“Porque não disseram que, desde a Revolução Soviética, foram mortos pelo bolchevismo na URSS mais de 65 milhões de russos? Porque não referiram as torturas que a mesma «democracia popular» exerce na Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Checoslováquia, Roménia, Bulgária, parte da Polónia, Alemanha oriental, etc., a fim de manter esses povos, bem contra a sua vontade, encurralados na sua coutada?”<sup>8</sup>.

Parece, em primeiro lugar, improvável, a informação apresentada pela imprensa relativamente ao número de “mortos pelo bolchevismo”. O que se pretende demonstrar é que as democracias populares são, inevitavelmente, imperfeitas, mantendo os povos subjugados, ao contrário do que acontece nas democracias liberais ocidentais. Como salientam alguns autores, a Igreja manteve, ao longo do processo revolucionário, uma posição favorável à construção de uma “democracia de tipo ocidental” (Fontes, 2000:

<sup>7</sup> Varzim, Abel. “O comunismo é uma ditadura”, *Jornal da Beira*, 30-08-1974, nº 2790, p.1.

<sup>8</sup> S/A. “Porque não se diz toda a verdade?”, *Jornal da Beira*, 30-08-1974, nº 2790, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

296). Segundo a hierarquia católica, a construção da democracia era uma tarefa que competia não só à classe política, mas também a todo o povo português, que tinha obrigação de se empenhar na construção de uma sociedade nova.

A melhor alternativa dentro do quadro das democracias ocidentais era a democracia cristã, proporcionando um equilíbrio entre a democracia liberal e o totalitarismo marxista, já que se apresentava “com um realismo e com uma verdade que não se encontra nos outros” (Araújo, 1976: 83), sendo portadora de um projeto que “parte da ideia do homem como pessoa, livre e responsável, com destino próprio e transcendente, mas essencialmente solidário dos outros homens” (Araújo, 1976: 83). O conceito marxista da democracia era, por isso, reprovável, não só pela “conquista revolucionária do poder” (Araújo, 19[?]: 84) mas também pelas suas ligações ao materialismo ateu. A imprensa refere-se a um tipo de democracia autoritária e ditatorial:

“O Ocidente optou pela sociedade pluralista e, portanto, pela democracia liberal; o mundo comunista optou pela sociedade unânime e, por consequência, pela democracia autoritária e totalitária [...] Há que buscar-se também aqui um justo equilíbrio para não cairmos nem no liberalismo político nem no totalitarismo marxista”<sup>9</sup>.

O binómio ocidente/oriente apresenta-se, mais uma vez, como uma estratégia argumentativa da imprensa, tendo em vista um objetivo mais claro: o de incluir Portugal na configuração ocidental, adotando, de preferência, um regime similar ao dos países ditos verdadeiramente democráticos.

A questão dos “excessos anti-religiosos” faz parte da agenda anticomunista no que diz respeito à interpretação dos regimes comunistas, especialmente o soviético. Nesse sentido, é possível identificar um conjunto de artigos que versam sobre a disseminação das campanhas antirreligiosas. O primeiro é publicado a 9 de agosto de 1974, saindo em defesa do povo russo, “organicamente” religioso:

“O «Pravda» entende que é necessário reactivar a campanha ateia através dos sábios, dos pensadores e dos artistas, e utilizando também as escolas. A campanha anti-religiosa reacendeu-se há pouco na Lituânia, incorporada na Rússia durante a última guerra, e cuja população é de 3.100.000 habitantes, dos quais 3.000.000 são católicos. [...] É evidente que os comunistas russos não comem crianças. Mas não é tão evidente que eles sejam tolerantes para com as pessoas e as ideias religiosas”<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> F.R. “Democracia”, *Jornal da Beira*, 27-09-1974, n° 2794, p. 5.

<sup>10</sup> Marques, P. “A religião na Rússia”, *Jornal da Beira*, 9-08-1974, n° 2787, p. 5.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

Na mesma edição, é oportuna uma referência ao clima de terror em que se encontrava a população da Jugoslávia, que vivia “no medo e na escravatura por causa das suas convicções religiosas”<sup>11</sup>. Como se pode observar, a imprensa mantém uma tendência de associar o comunismo à ausência de liberdade religiosa. Após a derrota da esquerda militar, a 25 de novembro de 1975, apenas três dias depois, num artigo publicado sobre as liberdades democráticas na URSS, alude-se às “perseguições religiosas na URSS desde 1918”<sup>12</sup> e à “vaga de terror antirreligioso”<sup>13</sup> que culminou na destruição e no encerramento de várias igrejas.

Tal como se verifica em praticamente todas as áreas temáticas do discurso anticomunista na imprensa católica, também aqui se emprega uma estratégia que consiste em publicar notícias de jornais internacionais, de modo a conferir mais credibilidade à informação, demonstrando o seu carácter global. É o caso de uma notícia vinda de Moscovo, denunciando mais uma adversidade em relação ao campo religioso:

“MOSCOVO - O dissidente soviético Gabriel Superfin, de 32 anos, jejuou desde 22 de janeiro para protestar contra a confiscação do seu livro de orações e da sua Bíblia, na cadeia de Vladimir, onde está preso, soube-se em Moscovo, de origem oposicionista. Antigo colaborador do escritor Soljenitsine, para quem efectuou buscar, Gabriel Superfin foi condenado em 1974 a cinco anos de campo de regime severo «por actividades anti-soviéticas»”<sup>14</sup>.

Apesar de ser um jornal fundamentalmente doutrinário e pouco informativo, a existência de notícias internacionais sobre a União Soviética é facilmente perceptível. Esta estratégia era útil, já que apresentava resultados empíricos sobre as campanhas antirreligiosas, mas também sobre assuntos mais terrenos. Ora, se considerarmos, ao contrário do que aqui pretendemos demonstrar, que “o 25 de Abril foi imediatamente seguido do começo de um clima anticatólico” (Matos, 2001: 77), a caricatura do comunismo como oposto da fé cristã é uma estratégia retoricamente útil, sobretudo para os católicos portugueses, caso optassem por partidos marxistas. Num artigo publicado a 8 de abril de 1976, cada vez mais perto da concretização da integração de Portugal no “mundo das democracias políticas pluralistas” (Ferreira, 2004: 143), anunciava-se a chegada de uma obra à livraria do jornal:

<sup>11</sup> S/A. “Aos incautos”, *Jornal da Beira*, 9-08-1974, nº 2787, p. 1.

<sup>12</sup> Albino, José Luís. “Liberdades democráticas na URSS”, *Jornal da Beira*, 28-11-1975, nº 2854, p. 3.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> F.P. “Greve de fome... por causa da Bíblia”, *Jornal da Beira*, 13-02-1976, nº 2865, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

“São «20 anos de comunismo na Checoslováquia» [...] Publicado primeiro na Itália, porque na Checoslováquia era impossível... Sente-se naquelas páginas o terror do materialismo, sem entranhas e sem humanidade. Quer saber como o comunismo chegou ao poder? Como um partido minoritário eliminou os partidos majoritários? E separar os padres dos bispos e os fiéis dos sacerdotes? [...] Quer conhecer condenações pré-fabricadas? Como se fazem lavagens ao cérebro? Leia este livro. [...] Se quer conhecer um dos grandes dramas do nosso tempo, com testemunhos vivos, impressionantes e trágicos, leia este livro”<sup>15</sup>.

Qualquer regime comunista é, a partir desta descrição, “um dos grandes dramas do nosso tempo”. Novos elementos são adicionados à equação que, num estudo mais detalhado, devem ser analisados separadamente: a crítica ao materialismo, a obstrução do caminho aos partidos políticos e a propaganda exaustiva dos regimes comunistas. *In extremis*, propõe-se a “morte como refúgio” deste cenário. Noutro artigo, descreve-se a coragem do escritor russo mais mencionado no jornal, Alexander Soljenítsin, por denunciar as atrocidades cometidas pelo regime, salientando-se as “perseguições e maus-tratos contra 12 milhões de pessoas, torturas, confisco de igrejas, deportações, exílio”<sup>16</sup>. A imprensa atribui a Soljenítsin, “indómito confessor da fé cristã”<sup>17</sup>, um duplo papel: por um lado, o de intelectual engajado com a denúncia do terror soviético e, por outro, o de cidadão comum, cujo testemunho é também relevante, já que trazia à luz do dia “os segredos do inferno comunista”<sup>18</sup>. Relativamente a esta questão, salienta-se o carácter ambíguo das afirmações de Soljenítsin:

“Many in the West had their image of the Soviet Union reinforced by his partly anecdotal partly fictionalized story. He asserted, without any empirical evidence, that there have been 12 million people in labour camps at the end of 1930’s, of which 6 million were political prisoners” (Allen, 1987: 87).

O problema da liberdade religiosa não ia permanecer ausente das reflexões da hierarquia, apesar de não se ter perspectivado a abertura de um conflito entre a Igreja e o Estado. Relativamente aos comunistas e ao PCP, Álvaro Cunhal havia tornado explícitos os termos em que se processariam as relações entre estes e os católicos, ainda antes da Revolução<sup>19</sup>, sendo que a doutrina por ele elaborada “se afastou desde cedo do

<sup>15</sup> S/A. “Heróis ou Traidores?”, *Jornal da Beira*, 8 de abril de 1976, nº 2873, p. 6.

<sup>16</sup> E. “Solgenitzin e o Ecumenismo”, *Jornal da Beira*, 9-05-1975, nº 2826, p. 4.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> S/A. “Liberdades democráticas na URSS”, *Jornal da Beira*, 21-11-1975, nº 2853, p. 5.

<sup>19</sup> A partir de 1930, o PCP elabora a tese da “mão estendida aos católicos”, que viria a ser aprovada em novembro de 1943, através do *Informe Político ao 1º Congresso do PCP* – “A Luta pelo Pão, pela Liberdade

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

anticlericalismo republicano” (Almeida, 2008: 164). Segundo a hierarquia, um paralelismo aceitável consistia em comparar a “«liberdade de ensino» defendida pelos partidos de linha marxista (PS, PCP, MDP, UDP) que têm assento na nossa Assembleia Constituinte”<sup>20</sup> com a ausência de liberdade religiosa da União Soviética, de forma a transmitir a ideia segundo a qual estes partidos iriam impor um modelo de ensino focado no “credo oficial (marxismo-leninismo)”<sup>21</sup>.

Um pouco mais a oeste da União Soviética, no enclave da “cortina de chumbo”, a RDA era retratada como o oposto do progresso idealizado e concretizado pelas sociedades ocidentais. Através de relatos de alguns emigrantes portugueses na Alemanha, chegavam aos leitores do jornal sugestivas descrições do modo de vida na RDA, bem como da organização e arquitetura das cidades:

“Só campos cultivados, em grande extensão, do mesmo produto, aqui e além, uma pequena aldeia. Os poucos veículos que conosco cruzavam eram quase todos com matrícula da República Federal. [...] Não vimos uma única casa comercial com montras a atrair-nos a atenção. Tudo parecia fechado e sem vida, mas aqui não devia ser feriado nacional, já que ao longo das estradas encontrámos algumas crianças de sacola que deviam ir ou vir da escola. Ao contrário do que acontece aqui na Alemanha Federal, esta estrada não tem um lugar apropriado para as pessoas transitarem e assim as crianças têm de andar pelas estradas”<sup>22</sup>.

Controlada pelo poder central soviético, a RDA era apresentada como o seu satélite mais cruelmente subdesenvolvido, descrevendo-se uma aparência de pobreza e miséria, contrariamente à prosperidade registada na vizinha República Federal Alemã (RFA). Retomando uma das ideias expressas por Pio XI, na Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*, sobre a ingerência do Estado na vida familiar, sendo que se retirava “aos pais o direito que lhes compete de educar os filhos”<sup>23</sup>, a imprensa afirma que situação similar ocorria na Alemanha Oriental:

“Na Alemanha Oriental, o Governo, comunista, obriga os filhos dos que fugirem (ou tentarem fugir) a serem adoptados por outras famílias ou fecha-os em asilos. Apurou-se já que mais de duas mil crianças estão a ser vítimas de mais esta lei infeliz de um

---

e pela Independência do Povo Português”. Com o objetivo de agregar forças em torno de um projeto comum de reivindicações políticas, económicas e sociais, “o PCP afirma que a sua política em relação aos católicos não é apenas de natureza conjuntural. Correspondendo a uma orientação estratégica, compreenderia um longo processo de transformação social e política” (Silva, 2024: 49).

<sup>20</sup> F. F. “Liberdade religiosa na Rússia; Liberdade de ensino em Portugal”, *Jornal da Beira*, 5-03-1976, n.º 2868, p. 4.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> S/A. “Notas de um emigrante: de Hamburg a Berlim”, *Jornal da Beira*, 22-08-1975, n.º 2840, p. 6.

<sup>23</sup> Pio XI, *Encíclica Divinis Redemptoris*, 19 de março de 1937, p. 5.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

governo comunista. No momento que Portugal atravessa, este facto deve ser posto à consideração de todos, para profunda meditação. O Partido comunista português tem declarado, várias vezes, que o comunismo não come crianças. Mas, afinal, estamos aqui a ver que até «come» mesmo”<sup>24</sup>.

### **Contra a ingerência externa**

Tem persistido uma tendência em atribuir a países, como os Estados Unidos da América (EUA) ou a URSS, alguma responsabilidade pelo curso tomado pelo processo revolucionário. A perspectiva da imprensa católica pode inserir-se nesta tendência, com a ressalva de que essa influência externa parte, sobretudo, da iniciativa dos países comunistas. Num artigo de 7 de fevereiro de 1975, inicialmente publicado no jornal *A Voz de Fátima*, alerta-se para possíveis perigos externos e postula-se a melhor forma de os combater:

“Leio habitualmente a imprensa chinesa e moscovita, conheço os planos que existem sobre a Europa e sobre Portugal e posso dizer-vos, até por experiência própria, que o comunismo só teme duas coisas: a nossa coragem e a nossa Fé! É preciso não ter medo e, sobretudo, robustecer e afirmar a nossa fé! Contra estas duas forças, o comunismo nada pode!”<sup>25</sup>.

Apesar de tardia, no contexto do processo revolucionário, é uma manifestação de desagrado perante os “planos” que estariam a ser elaborados para lá da “cortina de chumbo” para controlar a Europa e Portugal. O plano é, em última análise, a expansão do comunismo para lá das suas fronteiras. Apela-se, por isso, à união dos católicos, no sentido de não deixar Portugal embarcar na “cosmonave que se dirige para Marte com partidos e anexos a bordo”<sup>26</sup>.

Ainda que a generalidade do discurso presente na imprensa recaia sobre a presumível interferência política do comunismo soviético, os interesses internacionais sobre a Revolução provêm maioritariamente do “bloco EUA-Europa Ocidental” (Eisfeld, 1985: 83). Nesse sentido, destaca-se, a título de exemplo, o auxílio dado ao partido Centro Democrático Social (CDS), por parte de Kai-Uwe von Hassel, presidente na União

---

<sup>24</sup> Mendonça. “Notas de um emigrante: as crianças são as vítimas”, *Jornal da Beira*, 19-03-1976, nº 2870, p. 8.

<sup>25</sup> S/A. “Ter fé e não ter medo”, *Jornal da Beira*, 7-02-1975, nº 2813, p. 1.

<sup>26</sup> H. V. de L. “Carta à «Voz da Alemanha»”, *Jornal da Beira*, 12-12-1975, nº 2856, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

Europeia da Democracia Cristã, e de Elmar Pieroth, deputado desse partido, com o propósito de combater “contra as poderosas forças comunistas” (Eisfeld, 1985: 83).

Em pleno “Verão Quente”, as preocupações em relação a um possível auxílio soviético estão presentes num artigo publicado a 25 de julho de 1975:

“O democrata do Texas, um candidato à nomeação presidencial democrática do próximo ano, disse estar preocupado com a hipótese de o auxílio soviético ser destinado a destruir a democracia em Portugal [...] Se isto é verdade, então os dirigentes soviéticos estão não só a violar a lei portuguesa, mas também a fazer troça dos esforços na Conferência de Segurança Europeia para afirmar o princípio da não intervenção e não interferência nos assuntos internos das nações, declarou o senador num comunicado”<sup>27</sup>.

O auxílio soviético ao PCP assume um carácter quase dogmático no discurso da imprensa católica, demonstrando o posicionamento ideológico da hierarquia, ao negligenciar os restantes fluxos de comunicação que se firmavam entre Portugal e outros países do bloco capitalista. No entanto, é pertinente notar a atitude do líder soviético, Leonid Brejnev, que, assumindo uma postura de reserva face aos acontecimentos e face às ajudas prestadas pela RDA, aconselha o PCP a manter uma “política cautelosa destinada a evitar uma fractura com estados da NATO” (Wagner, 2006: 083). Apesar deste facto, a imprensa persiste neste tema, afirmando agora que Moscovo era responsável pela “desordem” que se alastrava em Portugal durante o “Verão Quente”:

“As autoridades chinesas afirmam entre outros factos que o Governo de Moscovo envia armas e grandes somas de dinheiro aos seus «amigos portugueses». [...] O Governo da China acusa também a União Soviética de «semear a discórdia» em Portugal e declara ser Moscovo responsável pelo «descontentamento» que reina actualmente no país. [...] A pesca em águas turvas por parte da União Soviética exacerbou a desordem em Portugal. A camarilha soviética dominante tenta por todos os meios absorver Portugal, país estrategicamente importante na sua órbita”<sup>28</sup>.

O apoio dado pela RDA ao PCP depara-se com alguns obstáculos, numa fase mais avançada do processo revolucionário. Nomeadamente, o refreio imposto pelo secretário-geral do PCUS, sendo que “Brejnev exigiu a retirada do SED<sup>29</sup> para evitar tensões com a Europa Ocidental e com os EUA” (Wagner, 2006: 086). A preocupação fundamental que precede esta decisão está relacionada com o facto de Brejnev querer “evitar o possível

<sup>27</sup> S/A. “Ultrapassa os 250000 contos o auxílio soviético mensal ao PCP”, *Jornal da Beira*, 25-07-1975, nº 2837, p. 3.

<sup>28</sup> S/A. “Pequim acusa: Moscovo envia para Portugal armas, espões e dinheiro”, *Jornal da Beira*, 12-09-1975, nº 2843, p. 1.

<sup>29</sup> Partido Socialista Unido.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

fracasso da sua estratégia de *détente* no quadro da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa” (Wagner, 2006: 086).

Além das críticas ao apoio financeiro e logístico providenciado pela URSS e pela RDA, a imprensa dedica uma atenção considerável a outros países que estariam a tentar influenciar o rumo do processo revolucionário. Num artigo publicado a 26 de setembro de 1975, denunciava-se a presença de “revolucionários” estrangeiros no país:

“Desde meados de Junho pelo menos 15 mil militantes da esquerda revolucionária italiana partiram para Portugal a fim de participar num período de «trabalho político». [...] Desde os princípios de Agosto quando começaram as manifestações anticomunistas no Norte, muitos «campistas» foram transferidos para os arredores do Porto. [...] Todos os dias os jovens são transportados para as grandes zonas industriais (Lisnave e Siderurgia Nacional) ou para os centros de trabalho «República» e «Renascença», onde é maior a presença dos que sustentam uma ditadura do proletariado em Portugal. [...] Enquanto os activistas não perdiam uma batida, os dirigentes dos movimentos de esquerda revolucionária europeia [...] programaram uma mobilização internacional para o «Portugal Vermelho»”<sup>30</sup>.

Note-se que, “para reforçar perante a opinião pública uma imagem de flexibilidade e abertura” (Sánchez Cervelló, 1993: 215) o PCP optou por retirar do seu programa a expressão “ditadura do proletariado”, suprimindo assim uma das principais ideias vincadas pelo marxismo-leninismo oriundo de Moscovo.

Após a derrota da esquerda militar e da “pacificação” do processo revolucionário, a hierarquia acreditava que tinha terminado o tempo das “paixões ideológicas” (Araújo, 19[?]: 90) que constituíam um entrave à construção de uma democracia pluralista de tipo ocidental. Apesar disso, a imprensa mantém-se convicta quanto às intenções dos “milhares de cubanos que vão passando as fronteiras”<sup>31</sup> e da necessidade de os expulsar, afirmando que o povo português tem a obrigação de “manter a nossa casa limpa da presença incómoda de intrusos ou mercenários”<sup>32</sup>. Posteriormente, é reproduzida uma informação proveniente de um jornal lisboeta não identificado, cujo conteúdo dá nota da presença de trinta mil cubanos e alguns chilenos, cujo objetivo seria “ajudar os autênticos revolucionários portugueses que estão a ser perseguidos”<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> S/A. “Comunização de Portugal”, *Jornal da Beira*, 26-09-1975, n° 2845, p. 3.

<sup>31</sup> S/A. “Mercenários, fora, já!”, *Jornal da Beira*, 5-03-1976, n° 2868, p. 1.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> Dr. Crivo. “Disseram os jornais”, *Jornal da Beira*, 12-03-1976, n° 2869, p. 3.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

## Evolução do discurso

O ponto de partida da interrogação sobre a evolução do discurso é a tese<sup>34</sup> desenvolvida sobre o comportamento da Igreja durante o processo revolucionário, com base em documentos emanados da Conferência Episcopal Portuguesa. A natureza do discurso da imprensa é substancialmente diferente do discurso presente nos documentos oficiais da Igreja, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também à forma.

Ora, se os documentos emanados da CEP espelham, num tom marcadamente institucional e erudito, o posicionamento da hierarquia, permitindo até o estabelecimento de balizas cronológicas que coincidem, grosso modo, com os acontecimentos mais marcantes do processo revolucionário, o mesmo não acontece quando se entra em contacto com a imprensa diocesana. Tomando como exemplo a primeira fase definida nesta tese, a fase de “expectativa generalizada em relação ao processo revolucionário”, a diferença é notória. Num excerto da Declaração do Conselho Presbiterial do Patriarcado de Lisboa, publicado pelo jornal a 24 de maio de 1974, afirma-se, em relação às mudanças introduzidas pela Revolução, que “a Igreja deve colocar-se nesse espaço de liberdade”<sup>35</sup>. Esta posição reveste-se de uma mensagem positiva, tendencialmente concordante com aquilo que a hierarquia considera ser a liberdade. No entanto, outro tipo de discurso é veiculado, num artigo de 16 de agosto de 1974, numa crítica ao dirigente comunista Álvaro Cunhal, apelando a que não se continuasse “a ouvir a voz da sereia do comunismo ateu a convidar toda a gente para a fraternidade”<sup>36</sup>. É possível notar que, dentro destas delimitações temporais, existem variações no discurso consoante o meio de difusão.

Nesse sentido, estas fronteiras cronológicas não são aqui aplicáveis, visto que, no caso das representações do comunismo internacional, a primeira referência que surge é

---

<sup>34</sup> A divisão cronológica que resulta desta interpretação identifica três fases principais: a primeira, que corresponde aos meses que se seguem à Revolução e que se caracteriza por uma “expectativa em relação ao processo revolucionário”; a segunda, que vai de outubro de 1974 até janeiro de 1975, onde já é possível identificar a “radicalização político-ideológica da população”; e a terceira, que vai de janeiro de 1975 até abril de 1976, onde a hierarquia eclesiástica alerta para o perigo de um “totalitarismo indesejável” (Ferreira & Rezola, 1994).

<sup>35</sup> Declaração do Conselho Presbiterial do Patriarcado de Lisboa. “Que Sacerdotes, Religiosos e Leigos colaborem na formação política do povo”, *Jornal da Beira*, 24-05-1974, nº 2776, p. 5.

<sup>36</sup> S/A, em Observador. “Sejamos realistas...”, *Jornal da Beira*, 5-07-1974, nº 2782, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

só a 28 de junho de 1974, quando se refere a possibilidade de “estalinização”<sup>37</sup> do Estado. Quanto à evolução, apenas se pode referir que os meses de outubro de 1974 e abril de 1975 não registam qualquer alusão ao comunismo internacional.

De igual modo, não parece adequado estabelecer pontos de viragem no discurso de acordo com datas marcantes do processo revolucionário. Nem os acontecimentos de 28 de setembro de 1974 nem os de 11 de março de 1975 o influenciam de forma significativa. Depois do 25 de novembro de 1975, momento em que a esquerda militar sai derrotada e se abre caminho à viragem contrarrevolucionária, a imprensa continua a ter um discurso de marcada oposição aos projetos revolucionários, ainda que considere que o tempo das “paixões ideológicas” tenha terminado.

## Conclusão

As representações do comunismo internacional, na imprensa católica, são parte integrante de um discurso anticomunista mais amplo e com outras variáveis de análise que, apesar de não terem sido problematizadas neste artigo, são úteis para compreender os argumentos mobilizados pela Igreja para difundir essa retórica. Nesse sentido, assiste-se a um processo de construção do inimigo discursivamente trabalhado e representado, de forma geral, pela imensa mundividência marxista. Este inimigo é idealizado como exemplo máximo dos valores opostos à democracia e ao progresso, intrínsecos à “civilização cristã ocidental”.

No que diz respeito às potencialidades de uma abordagem teórica do anticomunismo, ela pode ajudar a compreender a “fúria anticomunista” (Palacios Cerezales, 2003: 138) que, comumente circunscrita ao “Verão Quente” de 1975, não deve ser interpretada sem ter em consideração a sua prática ideológica ao nível da doutrinação cristã. É por essa razão que a análise do discurso é um instrumento metodológico útil que permite identificar e analisar as múltiplas dimensões desta retórica que, simultaneamente, assume funções combativas e pedagógicas. Estas duas dimensões fazem parte do programa ideológico ao qual a imprensa diocesana se associa e que vê na esquerda em

---

<sup>37</sup> Madureira, M. de Álvaro. “Viver sob um regime, não é servi-lo...”, *Jornal da Beira*, 28-09-1974, nº 2781, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

geral e no comunismo em particular uma afronta aos princípios da doutrina social da Igreja.

A mobilização deste discurso pode estar relacionada com aquilo a que alguns autores definem como mecanismos sociopsicológicos de difusão do anticomunismo. Isto significa que existe um conjunto de ideias, símbolos, descrições que, ao longo do tempo, se vão enraizando no entendimento coletivo, ou seja, “the stereotype settles in the human memory and is, in the long run, shared by many people as an emotional sensation” (Ryzhenko & Reinhold, 1976: 305). Simultaneamente à narração da vida religiosa na União Soviética, processo no qual se arquitetam um conjunto de *lugares-comuns*, como as perseguições, a ausência de liberdade, a morte até, vai-se construindo também um consenso em torno das representações do dia-a-dia da população dos países comunistas, do seu modo de vida e das suas carências.

Observando a permanência deste discurso, é possível até estabelecer paralelismos entre as ideias difundidas na imprensa católica e os resultados eleitorais no distrito de Viseu nas eleições para a Assembleia Constituinte, em que o PCP apenas conseguiu 5380 votos, tendo o PPD alcançado 102922 votos<sup>38</sup>. Considera-se, assim, que a capacidade simbólica da Igreja, enquanto entidade com um peso significativo na sociedade portuguesa, reside em “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo” (Bourdieu, 1989: 14) criando uma determinada realidade que tende a ser amplamente legitimada.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Paradela de (1983), *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro. Memória do Tempo Perdido*. Lisboa, Editorial Intervenção.

ALLEN, Vic L. (1987), *The Russians are Coming: The Politics of Anti-Sovietism*. The Moor Press.

ALMEIDA, João Miguel (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*. Lisboa, Edições Nelson de Matos.

ARAÚJO, Miguel de (1976), *Dicionário Político: Os Bispos e a Revolução de Abril*. Lisboa, Ispagal.

---

<sup>38</sup> *Diário do Governo*, II Série, Suplemento n° 115, 19/05/1975, p. 3049.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

BABIUCH, Jolanta; LUXMOORE, Jonathan (1999), “The Catholic Church and Communism 1789-1989”, *Religion, State and Society*, vol. 27, nº 3/4, pp. 301-313.

BONET, Luciano (1986), “Anticomunismo”. in Norberto Bobbio, Nicola Matteuci; Gianfranco Pasquino, (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp. 34-35.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL.

CRUZ, Manuel Braga da (1996), “A Igreja na transição democrática”. *Lusitânia Sacra*, 8-9, pp. 519-536.

DONGEN, Luc van; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles (2014) - *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*. New York, Palgrave Macmillan.

ECO, Umberto (2011), *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*. Lisboa, Gradiva.

EISFELD, Rainer (1985), “Influências externas sobre a Revolução Portuguesa: o papel da Europa Ocidental” in Eduardo Ferreira, Walter Opello (orgs.) – *Conflitos e Mudanças em Portugal (1974-1984)*. Lisboa, Teorema.

FARIA, Telmo Daniel (1995), “O comunismo: um anátema estado-novista”. *Revista de História das Ideias*. 17, pp. 229-261.

FONTES, Paulo (2000), “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 129-331.

FERNANDES, António Teixeira (2001), *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós-25 de Abril de 1974*. Porto, Edição do autor.

FERREIRA, José Medeiros; REZOLA, Maria Inácia (1994), “Igreja, Política e Religião” in José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. 8. Editorial Estampa, pp. 260-271.

FERREIRA, José Medeiros (2004), “O 25 de Abril no contexto internacional”, *Relações Internacionais*, 02, pp. 143-158.

HOBBSBAWM, Eric (1996), *A Era dos Extremos*. Lisboa, Editorial Presença.

LOFF, Manuel (2022), “A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro: impulso, auge e reflexo”. In Fernando Rosas – *A Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa, Tinta da China, pp. 77-120.

MARTINS, Moisés de Lemos (2016), *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto, Edições Afrontamento.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5)

MATOS, Luís Salgado de (2001), “A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)” in J. M. Brandão de BRITO – *O país em revolução*. Lisboa, Editorial Notícias, pp. 63-131.

ORLANDI, Eni P. (2020), *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo, Pontes.

PALACIOS CEREZALES, Diego (2003), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

RAMPINELLI, Waldir José (2012), “O uso das aparições de Fátima na manutenção do império colonial lusitano”. *Revista Esboços*. 19: 27, pp. 37-287.

REAL, Miguel (2019), “Anticomunismo” in José Eduardo Franco (dir.) – *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo – Volume I*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 405-408.

ROSAS, Fernando (2021), *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*. Lisboa, Tinta-da-China.

RYZHENKO, F.; REINHOLD, O. (1976), *Contemporary Anti-Communism: Policy and Ideology*. Moscow, Progress Publishers.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961- 1976)*. Lisboa, Assírio e Alvim.

SANCHEZ CERVELLÓ, Josep (1997), “A contrarrevolução no PREC (1974- 1975)” in João Medina – *História de Portugal: Portugal Democrático*. Madrid, S.A.P.E, pp. 133-141.

SANTOS, Magno F. de Jesus (2017), “Entre raios de fogo e giros de sol”: os videntes de aparições marianas e os escritos de mensagens anticomunistas (Brasil e Portugal). *Revista Cultura & Religião*. XI: 2, pp. 150-171.

SILVA, Edgar (2024), *«Vendaval de Utopias»: Os Católicos da Revolução e o PCP*. Lisboa, Página a Página.

TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

WAGNER, Tilo (2006), “Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»”, *Relações Internacionais*, 11, pp. 079-089.